



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 29/2008 -----

-----Aos dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e oito, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dra. Elsa Maria Lopes Correia, Dra. Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Dra. Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 28 de Dezembro de 2008, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **780.999,34 € (setecentos e oitenta mil novecentos e noventa e nove euros e trinta e quatro cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----1 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Na sequência de suas presenças em anteriores reuniões camarárias, esteve novamente presente a D. Isilda Maria Mendes Cordeiro, ex-funcionária desta Câmara Municipal que, antes de iniciar a sua intervenção foi alertada pelo Sr. Presidente da Câmara para que não fizesse quaisquer comentários àquilo que é o órgão enquanto tal, devendo remeter-se única e exclusivamente àquilo que é a sua intervenção.-----

-----A D. Isilda iniciou a sua intervenção referindo o seguinte:-----

-----“Vou remeter-me ao cumprimento escrupuloso da lei que tantas vezes invocado pelo Sr. Presidente, e hoje não estou aqui à espera dos seus comentários, estou aqui à espera de respostas objectivas, porque o Senhor informou numa reunião que só respondia a coisas concretas e objectivas, é essa objectividade que eu hoje pretendo.-----

-----Vou começar já por uma ilegalidade já antes invocada, as reclassificações profissionais em lugares de encarregados. O Sr. Presidente já tem conhecimento que esse acto é nulo, mas eu vou provar-lho. Tenho aqui uma informação do Provedor de Justiça, uma resposta e uma imposição a uma Câmara que praticou esses actos nulos, tal como o Senhor Presidente. As nomeações sem concurso quando este não devia e não podia ser legalmente dispensado fere de nulidade dos respectivos actos administrativos, artº 132º, nº 2, f) do CPA e Acórdão de 33 de Março, 31 Ponto 1, do S/TL/TC do Tribunal de Contas, na medida em que tal se verificou os referidos despachos estão feridos de nulidade, estão-no igualmente à luz do artº 63º do Decreto - Lei nº 247/87, de 17 de Junho, por violação das regras sobre classificação profissional, os actos nulos não produzem quaisquer efeitos, a nulidade é declarável a todo o tempo por qualquer órgão administrativo ou por



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

qualquer tribunal, assim como invocável por qualquer interessado, artº 134º do CPA. Nestes termos apurada a nulidade dos actos administrativos de reclassificação nos termos acima expostos não pode deixar de merecer reparo e que seja desatendida a necessidade da reposição da legalidade violada. O Sr. Presidente já fica a saber, aliás já sabia, que este acto é nulo, tenho aqui, depois distribuo, decisão do Tribunal Administrativo, que isto foi até ao Supremo e a decisão foi sempre que o acto era nulo. Outra situação, o abuso de poder que sou vítima há vários anos nesta casa, as pessoas que são favorecidas e as que são lesadas. O Sr. Presidente quando favorece funcionários ou pessoas que entretanto depois vêm abusar do poder em relação a mim, está a pô-los numa situação muito indelicada e muito incómoda. Neste momento estão a ser preparadas três queixas-crime contra funcionários que abusaram de poder para me prejudicar, sem contar com a que está a ser instaurada contra o Sr. Presidente. Vou aqui focar o caso do descumprimento escrupuloso da lei, que está bem patente num só concurso. Em Setembro de 2005 foi aberto um concurso para admissão de pessoal para funcionamento do Gabinete Técnico Local, área de intervenção - centros históricos das freguesias de Avô, Bobadela, Lourosa e Oliveira do Hospital. Entre outros, um lugar a preencher era o de Jurista. Foi preenchido por uma jurista que ao que parece, pelo menos ao que se diz, tem um grau de parentesco com o Director de Departamento e com a responsável da Secção de Pessoal desta Câmara, ou pelo menos por afinidade, curioso é que, ao que julgo o Director de Departamento e a responsável da Secção de Pessoal até faziam parte do júri, mas isso é o menos. Entretanto a formalização de candidaturas. A formalização de candidaturas far-se-á até ao dia 9 de Setembro inclusive, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, dele devendo constar a identificação completa do candidato, número de telefone ou telemóvel para contacto, a indicação do lugar a que se candidata, bem como habilitações literárias. O requerimento de candidatura deverá fazer-se acompanhar de fotocópias do bilhete de identidade e do número fiscal de contribuinte, e bem assim do documento comprovativo das habilitações literárias, *curriculum* datado, assinado e documentado, podendo ser entregue pessoalmente na Secção de Pessoal ou remetido por correio registado e com aviso de recepção, sempre acompanhado da importância de € 5,29 para pagamento da taxa de requerimento, devendo dar entrada nos serviços até ao termo do prazo fixado. Ora muito bem, a taxa de requerimento, já em 1999, eu alertei o Sr. Presidente, e não a paguei num concurso a que me candidatei, mas os outros candidatos pagaram, logo aí violaram o princípio da igualdade, porque aceitaram a minha candidatura e eu não paguei, disse profundamente que isso é ilegal. Já houve duas alterações à Tabela de Taxas e Tarifas nesta casa, a taxa de requerimento continua a ser consubstanciada, as pessoas agora não pagam, não sei porque carga de água, desde há uns meses deixaram de pagar taxa de requerimento, não sei se há algum despacho ou não. Esta senhora preencheu o lugar e pressupunha-se que o conteúdo funcional dela seria prestar informações e pareceres no âmbito dos Centros Históricos das freguesias de Bobadela e por aí fora, acontece que a informação que serviu de base à injustificação das faltas que levou ao meu processo disciplinar foi prestada por essa senhora, então se ela está afectada a um gabinete, o que é que os recursos humanos e as faltas têm a ver com os centros históricos das freguesias? Senhor Presidente faça o favor de objectivamente explicar ao concelho e a mim, que o estou a exigir, qual é exactamente o conteúdo funcional desta senhora, porque é que ela ouve depois funcionários em auto de declarações, se essa informação é ou não é abuso de poder, por quem é que eu sou perseguida nesta casa, por quantas pessoas mais é que eu vou ser perseguida. -----

-----Em relação às queixas - crime que estão a ser instauradas a funcionários que até me têm dito, pelo menos uma, "só faço o que me mandam", que é a responsável da Secção de Pessoal, que se recusa a atender-me dizendo que não está ao serviço, quando eu a vejo picar o ponto quase meia hora antes. Quem depois vai pagar aos advogados para as defenderem? Isso é um problema deles. Porque eu não serei. Mas não é só nestes casos que eu sou perseguida. Há uns tempos atrás veio



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

uma carta para a Câmara dirigida a mim, que era de um solicitador, carta essa que me foi retida aqui e que eu mandei procurar uma série de vezes, porque o motivo invocado para não ma entregarem era quererem saber o conteúdo dela. Isto é um absurdo, isto é uma forma de perseguição inverosímil. Informo que o solicitador foi com um requerimento ao juiz dando conhecimento dessa situação, e a não entrega dessa carta, na altura certa, lesou-me, mas isso é o menos. Quem mais é que o Senhor vai usar para me perseguir? Mas agora, se faz o favor, explique-me, quando é que vamos deixar de pagar taxa de requerimentos nesta terra, neste concelho, o conteúdo funcional da Jurista, e mais, se pretende ou não repor a legalidade relativamente à reclassificação profissional desse encarregado, porque se não o fizer, agora que já tem conhecimento disso, eu própria terei que dar conhecimento à IGAT, ao Provedor de Justiça e ao Ministério Público.” -----

-----Finda a intervenção, o Sr. Presidente da Câmara afirmou que nada tinha a acrescentar em relação ao que havia dito à Sr^a. Isilda Cordeiro, numa reunião pública de executivo e na presença de representantes do Sindicato. -----

-----**2 – ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

2- ANTES DA ORDEM DO DIA

2.1 – INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA MARIA JOSÉ FREIXINHO-----

-----**2.1.1 – REQUALIFICAÇÃO DAS ARTÉRIAS DA CIDADE**-----

-----Na sequência da sua intervenção tida em reunião ordinária pública de 4 de Novembro de 2008, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu-se mais uma vez às obras de requalificação das artérias da cidade, recomendando que fosse sugerido ao consórcio responsável pelos trabalhos em causa a criação de “algum bem-estar na via Prof. Antunes Varela, nomeadamente para quem vem da Av. Dr. Carlos Campos, uma vez que a intercepção daquelas duas vias revela alguns problemas para quem circula, e dada a agressividade do clima, que agora é natural que se faça sentir, piorou com certeza nomeadamente com as chuvas, aquela situação. Continuamos a ter as tampas do saneamento acima do nível habitual, o que também se traduz nalguns incómodos para todos os condutores e as suas viaturas. Portanto, a recomendação seria uma intervenção rápida nessa junção de vias. E também, uma vez que o Sr. Presidente havia dado conhecimento do calendário provável da intervenção para repavimentação final, parece-me que haverá algum atraso na sua execução. Assim, gostaria de saber se efectivamente há ou não atraso e qual o motivo, uma vez que provavelmente teremos agravamento do tempo, pelo que, quanto mais cedo essa intervenção for feita, tanto melhor.”-----

-----O Sr. Presidente referiu que já havia dado conhecimento à Sra. Vereadora Maria José Freixinho, e aos membros do executivo, da data previsível para execução da repavimentação final das vias em causa, admitindo contudo que a mesma não se concretizou. Mais referiu desconhecer a razão pela qual a mesma falhou em relação à programação definida, dado que a informação que tinha é que a repavimentação seria feita na semana passada. Como não foi, e entretanto choveu, a informação que obteve é de que, em princípio, amanhã se iniciam os trabalhos de aplicação da camada de desgaste que falta aplicar na Rua Prof. Antunes Varela e na Av. 5 de Outubro, esperando que não haja mais falhas em termos de execução, pois também compreende que não há qualquer justificação, neste momento, para que aquelas duas ruas não tenham piso definitivo.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

**-----2.1.2 – REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA OLIVEIRA DO HOSPITAL/
FELGUEIRA VELHA-----**

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu-se também às obras de requalificação da estrada Oliveira do Hospital/ Felgueira Velha, salientando que “persistem as preocupações que já denotei anteriormente, nomeadamente na circulação nocturna nessa via devido à falta de sinalização horizontal. Considerando o agravamento do tempo que se tem vindo a sentir, o nevoeiro é de extrema dificuldade para qualquer condutor que tenha de circular nessas circunstâncias porque a determinada altura não é possível sabermos como nos estamos a orientar. Há zonas onde não temos sequer luz pública, e portanto, não há qualquer incidência que nos permita orientar dentro da via, pelo que seria realmente importante que, dentro daquilo que é permitido antes da sinalização, que é a última intervenção depois da repavimentação final da via, fossem tomadas algumas medidas para marginar a via, pelo menos em zonas onde não há luz pública e com precipícios”. Referiu ainda constar-se de que haveria problemas nessa mesma via na zona de Ervedal da Beira, solicitando ao Sr. Presidente da Câmara esclarecimentos sobre essa questão, dado desconhecer de que se trata.”----

-----Ainda sobre este assunto e tomando uso da palavra, o Sr. Vereador Albano Almeida referiu corroborar a posição da Sra. Vereadora Maria José Freixinho por entender que a falta de sinalização horizontal na via em causa “embaraça um pouco o trânsito”, dificultando assim a orientação dos condutores, nomeadamente durante o período nocturno. Entende assim que a referida sinalização deverá ser colocada na dita estrada o mais urgentemente possível.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra referiu corroborar com a posição da Sra. Vereadora Maria José Freixinho no que diz respeito a este assunto, sublinhando que “é preciso ter atenção particular à componente da sinalização, dada até a perigosidade, neste momento, da estrada face às condições climatéricas”. Mais referiu que “nós já por diversas vezes temos aqui analisado o evoluir da obra. Há dias foi noticiado na comunicação social de que havia um problema com desenvolvimento da obra na zona de Ervedal da Beira. Ao que parece por motivos da implantação de uma rotunda e, segundo foi noticiado, sem prévia autorização do proprietário do local onde seria instalada a dita rotunda. Eu gostava que o Sr. Presidente nos esclarecesse sobre esta matéria, ou seja, se de facto a obra está parada, se há ou não autorização do proprietário para a implantação da referida rotunda, e se à partida não deveriam estar acauteladas todas estas questões legais, em fase do lançamento da obra, para que a obra avançasse normalmente”.-----

-----O Sr. Presidente referiu desconhecer o que é que as pessoas pretendem, dado que em todos os locais em que existem obras, há estas condicionantes, pelo que não compreende a razão porque é que Oliveira do Hospital tem que ser diferente. Mais referiu que em todos os locais onde decorrem obras desta natureza existem placas no início da obra a informar “*obras numa extensão de x quilómetros*”, salientando que “isto significa que as pessoas devem circular a velocidades moderadas com a máxima prudência. E não venham para aqui agora querer inventar factos para os representantes da comunicação social que aqui estão presentes poderem andar a escrever nos seus jornais. Eu não vou alinhar nesses ”jogos”. As obras quando são feitas têm regras específicas para serem realizadas, e portanto, estão a ser realizadas de acordo com essas regras. E, quer a Sra. Vereadora Maria José Freixinho, na qualidade de Jurista, quer o Sr. Vereador Albano Almeida, por experiência própria, sabem o que acontece em caso de acidente se recorrerem ao Ministério Público. Considero que estarem aqui, de forma recorrente, sistemática, a falar sobre assuntos sobre os quais já foram dadas explicações, é estar pura e simplesmente a fazer uma coisa muito simples, que é alimentar a comunicação social”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- Neste momento, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho pediu a palavra ao Sr. Presidente, ao que aquele responsável solicitou que não fosse interrompido, uma vez que teve o cuidado de também não interromper a Senhora Vereadora, aquando da sua intervenção. -----

----- A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu que falaria no final. -----

----- O Sr. Presidente prosseguiu referindo que “começo a estar um pouco cansado deste tipo de intervenção”. Deu ainda conta de que já foi dialogado o que havia necessidade de dialogar com o empreiteiro, relativamente à obra em causa. Disse ainda que esta empreitada relaciona-se com a obra de beneficiação da estrada de Lagares da Beira/ Meruge, e uma vez que há uma rotunda que tem de ser feita no cruzamento de Lagares, a sinalização horizontal apenas pode ser colocada no troço que tem já o pavimento definitivo, depois de concluída essa parte. Sobre a Rotunda a criar no cruzamento de Ervedal da Beira, informou que responderá a essa matéria na altura própria, com todos os elementos que a ela dizem respeito. -----

2.2 - INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA

-----2.2.1 - ADAPTAÇÃO DE ACESSOS A PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA/ ADAPTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SONORA PARA PESSOAS INVISUAIS NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

----- No seguimento de diversas propostas por si apresentadas, no âmbito da criação de acessos em espaços e edifícios públicos para pessoas portadoras de deficiência e bem assim da adaptação de sinalização sonora em sinalização luminosa para pessoas invisuais, na área do Município de Oliveira do Hospital, o Sr. Vereador Albano Almeida questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se já foi feita alguma coisa nesse sentido, por considerar que é um direito a que as pessoas portadoras de deficiência têm, merecendo assim uma atenção muito especial por parte desta Câmara Municipal. -----

----- No seguimento da intervenção do Sr. Vereador Albano Almeida, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “já não é a primeira vez que o Sr. Vereador Albano Almeida faz esta intervenção, no sentido de a Câmara se empenhar na supressão das barreiras arquitectónicas na cidade, tornando-a mais acessível para todos”. Disse ainda que “devemos aprender com os bons exemplos. A Lousã, neste momento, desenvolve uma intervenção em larga escala que é a “Lousã Acessível”, também direccionado para a componente turística, tornar os espaços e os sítios de interesse turístico acessíveis a todos, especialmente aos cidadãos portadores de deficiência. Acho que devemos aprender, ou fazer por conhecer as intervenções de outros Municípios para que possamos inspirarmo-nos e adaptarmo-nos à nossa realidade. Deixava esta recomendação.” -----

----- O Sr. Presidente esclareceu que a Câmara tem tido o cuidado de privilegiar as acessibilidades a pessoas portadoras de deficiência em todas as obras que tem vindo a executar na cidade. Mais referiu que essa política tem sido igualmente utilizada no que diz respeito aos apoios concedidos às Juntas de Freguesia, para que este princípio seja um princípio orientador e simultaneamente integrador das pessoas com deficiência. Como exemplo referiu a recente construção de um elevador no edifício da antiga Escola Primária de Penalva de Alva, aquando das obras de adaptação a sede da Junta de Freguesia e Biblioteca, de forma a permitir a sua acessibilidade a todos aqueles que pretendam frequentar aquele espaço. Lembrou também que um dos principais objectivos das obras de requalificação actualmente em decurso na cidade é criar condições de acessibilidade para todos os cidadãos, independentemente de terem ou não mobilidade condicionada. Salientou ainda que tudo o que a Câmara tem feito, é orientado por esses princípios, lamentado que, no entanto, que não haja o mesmo tipo de preocupações, nomeadamente no que diz



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

respeito a um conjunto de edifícios públicos que são propriedade do Estado e que prestam diariamente serviços à comunidade, citando como exemplo as Escolas, o Tribunal, o edifício das Finanças, e outros. Concluiu afirmando que “ainda não houve por parte do Estado o cuidado de cumprir a Lei. A Lei que o próprio Estado fez sobre essa matéria”.-----

-----**2.2.2 – ACCÃO SOCIAL – CARÊNCIA DAS POPULAÇÕES**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu que, neste momento, dada a crise que se vive, a situação de carência das populações está a aumentar por todo o país. Disse ainda que há alguns Municípios que através de serviços sociais e contactos pessoais estão a tomar algumas providências, incluindo a criação de apoios semelhantes ao Banco Alimentar, já existente em Coimbra, com vista à distribuição de géneros alimentícios a famílias mais carenciadas para compensação de algumas refeições. Referiu ainda acreditar na existência de muita “miséria” por todo o país, incluindo na área do Município de Oliveira do Hospital, pelo que recomenda à Câmara Municipal que “tenha muita atenção nestas questões dado que, essa carência, essas deficiências, e essas necessidades, estão a agravar-se de dia para dia em todo o lado e, naturalmente que o nosso Município não vai ser estranho a esta situação”.-----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo lembrou que “ainda há meses atrás, numa cerimónia de inauguração de um equipamento da Fundação Aurélio Amaro Dinis o Sr. Presidente disse que iria contemplar no Orçamento Municipal para 2009 medidas de apoio às famílias. Portanto o Orçamento está em preparação, espero que essas medidas sejam contempladas. Nós próprios, quando entregarmos também as nossas propostas para o Orçamento com certeza de que também vincaremos a necessidade de serem implementadas estas medidas de apoio à população carenciada”.-----

-----O Sr. Presidente confirmou que será efectivamente contemplada no Orçamento Municipal para 2009 uma rubrica para atendimento de casos de carência social emergente. O que no seu entender não significa que o principal responsável nesta área seja a autarquia, sublinhando que “é o Estado quem deve criar e desenvolver mecanismos que tenham em conta as reais necessidades das pessoas”. É uma questão que considera fundamental, entendendo assim que o Estado deveria manifestar a mesma preocupação que tem vindo a manifestar com a Banca. Informou também que ainda recentemente foi feita a recolha de algumas toneladas de produtos alimentares, provenientes do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados para serem distribuídos pelas famílias mais carenciadas deste concelho, cuja distribuição será efectuada pelas responsáveis das diversas IPSS's, em conjunto com a Técnica de Acção Social da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “o Sr. Presidente da Câmara é a favor da implosão da banca? Não percebo! Quanto aos apoios sociais por parte do Estado, vão aumentar especialmente para os mais carenciados e para os idosos. Veja o aumento das prestações sociais e do complemento para idosos”.-----

-----O Sr. Presidente referiu que “eu sou a favor de que haja igual preocupação no que diz respeito às questões sociais. Qualquer cidadão atento já terá percebido que mais importante do que apoiar os ricos, é apoiar os pobres”.-----

-----**2.2.3 – ESCOLA DO 1º CICLO E PRÉ-PRIMÁRIA DE SENHOR DAS ALMAS**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se à Escola do 1º CEB e Pré-Primária de Senhor das Almas, dando conta que as crianças para almoçarem têm que se deslocar a uma sala, cuja propriedade é da Irmandade do Divino Sr. das Almas, que fica a uma distância de cerca de 500



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

metros daquele estabelecimento de ensino, na companhia de uma auxiliar, independentemente das condições climatéricas. No seu entender esta situação deveria ser alterada de maneira a evitar que as crianças tenham que se deslocar para o exterior do edifício escolar. Concluiu questionando o Sr. Presidente da Câmara e a Sra. Vereadora do Pelouro sobre se tinham conhecimento desta situação e bem assim se têm intenção de a alterar.-----

-----O Sr. Presidente esclareceu que a escola do Senhor das Almas surgiu numa situação de emergência, numa altura em que existiu essa necessidade, mas que hoje já não se justifica a sua existência e que apenas se tem vindo a manter pelo facto de os pais daquelas crianças se recusarem a que os seus filhos sejam transferidos para a escola da sede da freguesia, eventualmente não relevando para a sua decisão o facto de que efectivamente seria muito mais benéfico para as crianças dadas as condições dessas instalações. Concluiu salientando que, enquanto esta situação se mantiver, irá existir sempre a condicionante do serviço de refeições.-----

2.3 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO

-----2.3.1 – SESSÃO DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA PROVERE E DAS MAIS VALIAS ASSOCIADAS À REDE DAS ALDEIAS DE XISTO REALIZADA EM OLIVEIRA DO HOSPITAL -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo saudou a realização de uma sessão de divulgação do Programa PROVERE e de divulgação das mais valias associadas à Rede das Aldeias de Xisto, que teve lugar em Oliveira do Hospital. Mais referiu que é importante que o concelho de Oliveira do Hospital integre a Rede das Aldeias de Xisto, sublinhando que “de alguma forma é recuperar o tempo perdido. Em 1999 este projecto avançou no Quadro da AIBT - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior Norte. Na altura, o concelho de Oliveira do Hospital não integrou essa acção integrada, ficámos na Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela, perdemos a oportunidade de requalificar essas aldeias, perdemos a oportunidade de integrar essas aldeias numa rede, perdemos a oportunidade de promover as nossas aldeias com base numa marca que hoje é uma marca forte e reconhecida em termos turísticos. Recuperamos agora o tempo perdido com quatro freguesias, com quatro núcleos de interesse turístico, é certo, mas perdemos a oportunidade da requalificação. Vamos hoje atrás da marca Aldeias de Xisto, também não vem mal nenhum ao mundo por aí, mas creio que a perfeita integração do concelho de Oliveira do Hospital na Rede das Aldeias de Xisto passa, e já aqui falámos nisso uma vez, insistentemente tenho questionado sobre quais são as aldeias de Oliveira do Hospital que vão integrar a Rede das Aldeias de Xisto. Acho eu era interessante fazer um trabalho de inventariação, identificação e caracterização sociológica e arquitectónica de verdadeiras Aldeias do Xisto, nomeadamente aquelas que ficam nas freguesias da Serra do Acôr, para que, gradualmente, as possamos vir a integrar na Rede das Aldeias de Xisto. Entendo que a integração de Bobadela, Lourosa, Avô e de Aldeia das Dez, serão complementos para diversificar a oferta turística da rede das Aldeias de Xisto, mas contudo para que Oliveira tenha um integração plena nessa mesma Rede das Aldeias de Xisto devem ser identificadas e caracterizadas várias aldeias realmente do xisto, para que possamos estar em plena integração na rede das aldeias, e a prazo, ainda possivelmente no Quadro do QREN, o Município poder vir a intervir nalgumas aldeias de xisto que existem várias no concelho, uma delas, já falámos dela aqui, o Parente foi inclusivamente invocada no documento enviado à Estradas de Portugal para escolher um dos traçados do IC 6. Portanto há que fazer este trabalho, acho que o GTL tem condições técnicas para fazer este levantamento, esta inventariação, e esta caracterização das verdadeiras



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Aldeias do Xisto que existem no Vale do Alva e particularmente na Serra do Açor, em Oliveira do Hospital".-----

-----No seguimento da intervenção do Sr. Vereador José Francisco Rolo, o Sr. Presidente disse o seguinte, “que bem que eu gostei de o ouvir hoje. Então, afinal a Serra da Estrela já não é aquilo que era!”, ao que o Sr. Vereador José Francisco Rolo esclareceu que falou apenas num pacote de financiamentos comunitários e não na política de turismo, sugerindo ao Sr. Presidente que não misturasse as “coisas”. O Sr. Presidente prosseguiu explicando o processo que determinou a integração do concelho de Oliveira do Hospital na AIBT da Serra da Estrela, citando depois os co-financiamentos obtidos nesse programa – Parque do Mandanelho, beneficiação da Praia Fluvial de Avô, ligação à localidade da Gramaça, entre outros. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo esclareceu que as questões existentes entre Oliveira do Hospital e a Serra da Estrela têm a ver com questões de identidade e “marca”.-----

-----O Sr. Presidente esclareceu que o mais importante neste processo são os apoios que se poderão obter no futuro, ao nível de projectos públicos e privados, pois é com esse objectivo que a autarquia tem estado a trabalhar.-----

-----2.3.2 – REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DO 1º CEB E JARDIM-DE-INFÂNCIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu-se à deliberação de adjudicação da empreitada de “Remodelação e Ampliação da Escola do 1º CEB e Jardim-de-infância de Oliveira do Hospital, tomada em reunião de Câmara do passado dia 18 do mês Novembro, lembrando que na altura não foi dado conhecimento do prazo estipulado para a conclusão dos trabalhos e bem assim para quando é que se prevê o início da mesma obra. -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que o prazo de execução da obra é o que consta no Caderno de Encargos, ou seja 270 dias. Mais referiu que as obras só podem ser iniciadas após a outorga do respectivo Contrato e assinatura do Auto de Consignação. Disse igualmente que, por se tratar de uma obra que se reveste de alguma urgência, e apesar de ser sujeita a visto do Tribunal de Contas, prevê que a empreitada tenha início ainda durante o próximo mês de Janeiro. -----

-----2.3.3 – RECOLHA E DEPOSIÇÃO DE MATERIAL INFORMÁTICO E ELECTRÓNICO-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo deu conta que há um Acordo Internacional que diz que todos os países produtores e consumidores de material electrónico e informático têm que fazer o seu tratamento e a sua reciclagem, sublinhando que num mesmo documentário que visionou recentemente, estimava-se que em 2010 haveria 12 milhões de toneladas de material electrónico inutilizado. Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre quais são os procedimentos que têm sido adoptados, quer pela Câmara Municipal, quer a nível do concelho, para recolha, deposição e encaminhamento, com vista à reciclagem deste tipo de material que todos os anos é sujeito a substituição. -----

-----O Sr. Presidente informou que o material em causa pode ser depositado directamente no Ecocentro existente no Município dado que existe uma empresa que posteriormente procede à sua recolha. No caso de resíduos de empresas, e tratando-se de equipamentos em volume considerável, as mesmas têm que os levar directamente para Tondela. Explicou no entanto que não têm existido muitas solicitações nesta matéria.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que deveria ser feita uma campanha de sensibilização de criação de condições de recolha e encaminhamento desses equipamentos com deposição em pontos definidos. -----

-----2.3.4 – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que como é do conhecimento de todos o Plano de Desenvolvimento Social do Município de Oliveira do Hospital terminou no ano de 2006, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Social. Sublinhou que “hoje existem prioridades definidas a nível Nacional quanto à intervenção social e bem assim prioridades ao nível do Plano Nacional de Acção para a Inclusão, tenho o conhecimento, uma vez que tenho participado, que há vários Municípios que estão de uma forma acelerada a rever os seus Planos de Desenvolvimento Social, concluindo os diagnósticos sociais concelhios”. Questionou igualmente sobre qual o ponto de situação do Diagnóstico Social do concelho de Oliveira do Hospital e bem para quando é que está previsto avançar com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social e de que forma é que o mesmo vai ser feito. Concluiu referindo que “eu acho que a bem de fazermos o balanço do trabalho de Acção Social no concelho, uma vez que o Plano de Desenvolvimento Social ficou expirado em 2006, era importante fazer um balanço, uma avaliação do Plano de Desenvolvimento Social anterior para que possamos fazer uma comparação entre aquilo que foi feito e aquilo que não foi feito, e aquilo que se prevê fazer. Pelo menos ditam assim as boas regras do planeamento”. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente deu conta de que já foi feito um novo diagnóstico. Salientou que no entanto que “as prioridades para o concelho de Oliveira do Hospital que foram mencionadas há quatro anos atrás, não são as mesmas que são referidas hoje pelos mesmos intervenientes no contexto social em que vivem e em que se encontram”. Mais referiu que já foi criado um grupo de trabalho com técnicos concelhios, no sentido de se empenharem no desenvolvimento de um novo Plano. Disse igualmente que, assim que houver um pré-projecto já elaborado, dará conhecimento do mesmo aos Senhores Vereadores para que também se possam pronunciar sobre o seu conteúdo. -----

-----2.3.5 – ESTUDO DA APLICAÇÃO DE INCENTIVOS À NATALIDADE DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2009 ----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que há tempos atrás o Sr. Vereador Albano Almeida fez aqui uma intervenção, no sentido da Câmara Municipal estudar a aplicação de incentivos à natalidade dando como exemplos municípios do interior. Informou que segundo o que pôde apurar através da comunicação social, para além desses municípios, também a Nazaré, um Município do Litoral que recentemente num estudo foi classificado como um município com boa qualidade de vida, também prepara medidas de incentivos à natalidade em sede de Orçamento Municipal para 2009. Disse ainda entender que, estando em preparação o Orçamento Municipal para 2009, também o Município de Oliveira do Hospital deveria pesar e ponderar a aplicação de medidas desta natureza. -----

-----O Sr. Presidente referiu que “é evidente que todos os incentivos nomeadamente, para aqueles que deles precisam, são sempre importantes”. Contudo referiu entender que “nós em termos de políticas locais e municipais, temos de ter em atenção que os recursos não são elásticos. É necessário que as pessoas que fazem parte dos órgãos, quer dos executores, quer dos deliberativos,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

percebam que quando se equaciona a redução de receitas, objectivamente, falamos em redução de apoios. Ou seja, não podemos estar a reduzir receitas e a aumentar apoios. Temos que ter sempre presente este binómio que é fundamental. Se queremos apoiar temos que ter receitas para poder depois pagar. Se não tivermos receitas não podemos apoiar. Ou seja, se por um lado reclamamos a redução da receita ao nível do IRS, IMI ou de qualquer outro imposto, seja ele qual for, e depois reclamamos aumento de apoios na parte social, na parte educativa, na parte da saúde, ou em qualquer outro sector, estamos a contribuir para criar um grave problema”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “isso é uma visão “por grosso”, porque repare, a grande maioria dos beneficiários de incentivos não são pagadores de taxas, tarifas e impostos. Estão isentos naturalmente. Portanto, aqui está-se a beneficiar os que menos têm, no entanto são necessários incentivos de outra natureza, como os incentivos fiscais ou de ajuda à natalidade.”-----

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha lembrou que “taxas não são impostos, pelo que entende que o Sr. Vereador José Francisco Rolo não deveria misturar as “coisas”. -----

-----O Sr. Presidente disse que “efectivamente não podemos confundir taxas e tarifas com impostos”, explicando que “as taxas e tarifas são para pagar um serviço que, efectivamente, não paga. O Sr. Vereador até sabe que as taxas e tarifas que tem em vigor no seu Município não são suficientes para cobrir os custos dos serviços.”-----

-----**2.3.6 – PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “devo questionar sobre o seguinte: é para mim irrelevante a forma como possa ser interpretado, contudo, entendo que continuam a ser feitas acusações, sucessivamente em reuniões públicas, ao Sr. Presidente da Câmara e, mais grave, ao funcionamento da Câmara Municipal. Entendo que, de forma a não haver equívocos, e a não haver qualquer suspeição sobre o funcionamento deste órgão, que estas questões devem ser clarificadas. Não sei se devem ser clarificadas numa reunião pública ou numa reunião de outra natureza. Tenho é a certeza de que há aqui matérias que são graves, que põem em causa o bom-nome da Câmara, que põem em causa o funcionamento e a imagem da câmara. Pelo que entendo que numa das próximas reuniões, estas questões sejam clarificadas, tanto mais que nós somos confrontados com elas lá fora, elas são noticiadas e nós, como membros eleitos desta Câmara, temos que ter informação sobre as matérias que aqui têm sido sistematicamente focadas. Deixo pois esta recomendação, no sentido de que seja feito algo.”-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que “a Câmara é inspeccionada pelas instâncias e organismos respectivos, e já sofreu várias inspecções acerca de diversas matérias sobre as quais a Câmara tem intervenção em termos administrativos. Portanto, eu reconheço essas entidades e a importância do seu trabalho. O Sr. Vereador teve sempre acesso aos relatórios da inspecção. O Sr. Vereador deve ter a memória curta, porque teve sempre acesso a uma cópia do relatório da inspecção e eu não lhe posso aceitar, de forma alguma, que queira aqui, mais uma vez, continuo a dizer, querer pôr-se no papel de “Pilatos”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “eu já estou habituado a ouvir dessas coisas. Eu acho é que estas questões têm de ser clarificadas. O único relatório de inspecção que me foi dado conhecimento foi em 2002 ou 2003”. -----

2.4 – INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA MARIA JOSÉ FREIXINHO-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho interveio de novo clarificando que “eu não interrompi o Sr. Presidente. Eu pedi a palavra, que é isso que me é permitido. E o que posso dizer aqui é que hoje, a intervenção antes da Ordem do Dia, é habitual nós ouvirmos, ser propalado a falta de tratamento igualitário dentro desta Câmara. E, eu hoje aqui fui tratada desigualmente, porque o Sr. Vereador José Francisco Rolo e o Sr. Vice-Presidente Paulo Rocha interromperam por diversas vezes o Sr. Presidente e não foram chamados à atenção. E eu pedi a palavra, usei de formalismo adequado e fui mandada calar. Mas falo agora, não há problema nenhum. O Sr. Presidente iniciou a reunião com uma indignação que naturalmente tem a ver com essa intervenção do público, e depois fez-me a mim, que fui a primeira a falar, depositária daquilo que acumulou enquanto ouviu essa intervenção. Com certeza que foi. Agora, eu não admito é ser depositário da indignação alheia que lhe é provocada. E, quando eu lhe provocar alguma indignação, aí nessa altura terei que ouvir as inerentes consequências desse desconforto que lhe causar. Em relação à questão que eu coloquei, e tal como pude confirmar pelas duas últimas actas, são questões recorrentes. Não é a plateia que me move. Tudo o que digo devo-o à minha consciência e aos oliveirenses, até àqueles que não votaram em mim, porque eu represento-os a todos no mandato para o qual fui eleita. E portanto, não me faz, embora respeite muito os senhores jornalistas que aqui estão, e a minha conduta, desde que aqui estou ao longo de três anos, já provou que não me move minimamente o tratamento jornalístico das notícias. Aliás, porque até se diga, não estou aqui agora a pessoalizar, mas até sou bastante ignorada pelos jornais que se fazem representar. Mas sem qualquer incómodo, porque até fui caracterizada por um jornal cá da terra de “*low profile*”. E gosto de o ser, sou uma pessoa que actua em consciência. Aliás, para me sentir consciente de que estou a fazer o trabalho para o qual fui mandatada. Só me interessa que os oliveirenses que assim o entendam consultem as actas. As pessoas são livres de lerem os jornais que lhes interessem, mas eu não tenho a mínima preocupação de calendário. Não venho para aqui a pensar se é ou reunião pública. Não é isso que me move. E portanto, como reputo de injusta, bastante injusta essa afirmação do Sr. Presidente, estou aqui a reafirmar então aquilo que entendo ser a verdade. Dizer que não frequento cafés, até conheço alguns aqui da cidade, mas não frequento porque não tenho esse hábito. Dizer ainda que, o pneu que rebentou numa tampa de saneamento foi da minha viatura. Portanto, as preocupações que aqui manifestamos são muitas das vezes fruto da nossa experiência pessoal. Em relação à circulação, eu sei perfeitamente que não se pode pintar de faixas amarelas a estrada Oliveira do Hospital/Felgueira. O que eu já por mais de uma vez referi, e acho que era importante, era o consórcio, nas zonas onde não há iluminação pública e a margem da via é acidentada porque tem desnível, colocar simplesmente uma fita reflectora, vermelha e branca, que nos permitisse orientar. E para que ninguém se esqueça, se tiver dúvidas. O que me move é o bem-estar dos oliveirenses, tanto me interessa estarem aqui dois, três, ou nenhum jornalista. Porque aquilo que digo, digo-o na convicção de que estou a dizê-lo bem dito, porque faz diferença à vida de todos nós. E mais nada!” -----

-----Sobre o assunto o Sr. Presidente disse o seguinte “posso porventura ter sido um pouco cáustico consigo relativamente ao seu pedido de palavra, e admito que o tenha sido. Mas quero dizer-lhe, que aquilo que eu disse, é que o assunto era recorrente. E a Senhora provou, com a alusão à última acta, de que era um assunto recorrente. E portanto, eu referi-me precisamente à questão da recorrência do assunto. Porque já fiz as diligências que entendi que deviam ser feitas nesse sentido junto da empresa que está a realizar a obra, e alertei para o facto da necessidade de, tudo o que seja zona considerada perigosa, estar devidamente sinalizada.” Mais referiu que muitas vezes é difícil aos próprios empreiteiros manterem a sinalização das vias, face aos actos de vandalismo a que todo esse material é sujeito por parte de terceiros. Quanto à situação da pavimentação das ruas da cidade, tem toda a razão. Eu próprio já questionei, mais do que uma vez, porque ainda não foi feito.”-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

2.5 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo lembrou ainda que “dadas as condições atmosféricas, a estrada Oliveira do Hospital/ Felgueira, tem gelo. Os *rails* estão levantados com os apoios expostos. Há zonas em que estão colocadas fitas reflectoras e outras zonas onde não há. Por exemplo, nas zonas de maior perigosidade, acho que era facilmente resolúvel colocar essas fitas reflectoras.” -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que é por essa razão que há placas afixadas a alertar para a existência de obras, para que as pessoas circulem a velocidade moderada, com o máximo de cuidado e de cautela.-----

2.6 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida interveio, alegando que “eu nunca faço aqui nenhuma intervenção que seja para protagonismo na comunicação social, longe disso, antes pelo contrário.” Mais referiu que “quando falo de algum assunto, faço-o no bom sentido, sempre positivo e sempre em obediência ao princípio de ter sido eleito para função pública neste município, que é a minha terra. Portanto, eu falo sempre com intenção positiva, e nunca com intenção de protagonismos ou de recados para os jornais, bem pelo contrário”. Relativamente às acessibilidades reconhece que a Câmara tem feito algumas diligências nesse sentido e espera que as obras de requalificação daquela que considera ser a sua cidade incluam também algumas correcções ao nível de mobiliário urbano, tendo em atenção as pessoas portadoras de deficiência. Reconhece igualmente de que a Câmara não pode intervir directamente no Tribunal ou numa Repartição Pública; no entanto, entende que a Câmara Municipal tem o dever de sensibilizar os outros organismos públicos para procurarem, a todo o custo, efectuar as alterações necessárias de acesso aos seus edifícios. No que diz respeito às famílias carenciadas, manifestou o seu agrado pelo facto de saber que as Técnicas de Acção Social, responsáveis pelas IPSS's do concelho, em conjunto com a Câmara Municipal, se têm empenhado na melhoria de condições para essas famílias. Quanto à Escola de Senhor das Almas referiu que “se há alguém que defende que a educação tem que ser um trabalho conjunto de pais e educadores, sou eu porque conheço bem a matéria”. Disse ainda entender que “o que se passa em Senhor das Almas não é natural, nem se deve repetir”, salientando que “quem tem o poder de decisão tem de decidir, e não pode protelar a decisão para amanhã, quando deveria tomá-la hoje”. Esclareceu ainda que “a decisão é um acto isolado, mas para ser tomada deve ter a audição e cooperação de toda a gente. E, neste caso, acho que a informação ainda não foi dada totalmente às pessoas”. Concluiu referindo que “compete à Câmara informar as pessoas de que realmente há necessidade de se alterar aquela situação, porque o que lá se passa não serve as pessoas de Senhor das Almas”.-----

-----O Sr. Presidente referiu que, esse trabalho tem sido feito em conjunto com o próprio Agrupamento de Escolas e que não se justifica estar a fazer uma intervenção no Senhor das Almas quando existe um edifício na sede da Freguesia, com melhores condições, a pouco mais de 500/1000 metros, esclarecendo que também não se pretende criar situações de instabilidade social por causa de uma situação desta natureza, pois é daquelas que, no seu entender, mais ano, menos ano, o tempo se encarrega de resolver.-----

3 - ORDEM DO DIA-----

3.1 - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE / PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO

-----3.1.1 – ACIC – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE COIMBRA-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F./Procº 47/9

----- Requer autorização para a fixação de lonas relativas ao Sorteio de Natal no concelho de Oliveira do Hospital para divulgação e promoção deste projecto. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----Foi igualmente deliberado isentar a ACIC – Associação Comercial e Industrial de Coimbra do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do nº 2 do artº 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas.-----

3.2 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: -----

A) AUTARQUIAS: -----

-----**A-1) - FREGUESIA DE ERVEDAL DA BEIRA** -----

D.A.G.F./Procº 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que atribua à Freguesia de Ervedal da Beira, um subsídio no montante de € **3.000,00 (Três mil euros)**, como apoio à realização de obras no cemitério de Fiais da Beira, daquela freguesia. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**A-2) - FREGUESIA DE LAGARES DA BEIRA** -----

D.A.G.F./Procº 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Lagares da Beira, um subsídio no montante de € **5.000,00 (Cinco mil euros)**, como apoio à realização de diversas obras a levar a efeito naquela freguesia. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**A-3) - FREGUESIA DE TRAVANCA DE LAGOS** -----

D.A.G.F./Procº 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Travanca de Lagos, um subsídio no montante de € **2.500,00 (Dois mil e quinhentos euros)**, como apoio ao arranjo de um caminho florestal que liga aquela freguesia à localidade de Negrelos, no lugar de Cabeçadas.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**A-4) - FREGUESIA DE VILA FRANCA DA BEIRA** -----

D.A.G.F./Procº 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Vila Franca da Beira, um subsídio no montante de € **13.500,00**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

(Treze mil e quinhentos euros), como apoio à construção de sanitários no cemitério daquela freguesia. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

B) INSTITUIÇÕES:-----

-----**B-1) - ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E RECREIO DA SOBREDA**-----

D.A.G.F./Procº 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que atribua à Associação de Cultura e Recreio da Sobreda, um subsídio no montante de € 500,00 (Quinhentos euros), como comparticipação nas despesas de funcionamento e desenvolvimento de actividades.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

3.3 - PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS-----

-----**3.3.1 – MORAIS CORREIA – CENTRO ÓPTICO, LDA.**-----

D.S.T./Proc. 22/1/Doc.2

-----Requer a isenção do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, relativo à aquisição de uma fracção autónoma, designada pela letra B, do prédio urbano inscrito na matriz predial, sob o número 1133, sito na Rua do Ameal, nº 16-A, Oliveira do Hospital, destinado exclusivamente ao exercício da sua actividade comercial, durante um período mínimo de cinco anos a contar da realização integral do investimento. -----

-----Pelos serviços foi elaborada informação em 26 de Novembro de 2008, na qual se conclui que o pedido se encontra adequadamente instruído, para que a Câmara Municipal o remeta à Assembleia Municipal, a quem compete a autorização nos termos da Lei. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, enviar à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização da isenção do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, conforme determina o nº 5 do artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, alterado pelo Decreto-Lei nº 108/08, de 26 de Junho. -----

3.4 - OBRAS PARTICULARES:-----

-----**3.4.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.S.T./Doc.3

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 19 e 28 de Novembro de 2008 e que constam da listagem que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

3.5 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----3.5.1 – JORNAL “EXPRESSO” - IRS - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES – DEVOLUÇÃO-----

D.A.G.F.

-----O Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo de uma notícia divulgada na página *on-line* do Jornal “EXPRESSO”, a dar conta de que, no seguimento de uma proposta de alteração do PS ao Orçamento do Estado para 2009, as autarquias vão poder diferenciar os contribuintes a quem querem devolver parte do IRS, conforme os rendimentos destes. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----3.5.2 - CESAB - CENTRO DE SERVIÇOS DO AMBIENTE - ASSEMBLEIA-GERAL

D.S.T./PROC.9

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da presença da Dra. Ângela Marques, em representação do Município de Oliveira do Hospital, na reunião da Assembleia-Geral do CESAB – Centro de Serviços do Ambiente, que teve lugar no passado dia 26 do mês de Novembro, na Mealhada, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma: -----

-----I – Informações; -----

-----II – Apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2009; -----

-----III – Estatutos – Análise da proposta de alteração; -----

-----IV – Apreciação de assuntos de interesse da Associação. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----Neste momento, o Sr. Presidente da Câmara dirigiu-se aos Senhores Jornalistas que na altura tiravam fotografias aos membros do executivo, referindo que “os Senhores da comunicação social têm todo o direito de estar aqui. Só não têm direito é de perturbar minimamente o decurso dos trabalhos da reunião”, ao que o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou “se aquela atitude era por apenas tirarem umas fotografias?”. -----

-----O Sr. Presidente referiu que é preciso haver regras dentro da sala de reuniões. -----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho lembrou que essa advertência deverá ser feita no início da reunião e para todos, dado que pôde verificar que outra colega, algum tempo antes tinha estado a tirar fotografias e não foi chamada à atenção. -----

-----O Sr. Presidente salientou que esta advertência é efectivamente para todos. -----

-----3.5.3 - MUNICÍPIO DE MANTEIGAS - ORÇAMENTO E PROJECTO TARIFÁRIO/2009-----

D.A.G.F./Procº 42/19/Doc.4

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente um ofício de referência 4481/A, datado de 11 de Novembro de 2008, remetido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, a remeter fotocópia parcial da acta da reunião do Conselho de Administração da empresa Águas do Zêzere e Côa, realizada em 17 de Setembro do ano em curso e aprovada no passado dia 24 de Outubro, nomeadamente no que respeita ao orçamento e projecto tarifário – ano de 2009, sobre o qual votou contra e apresentou declaração de voto, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----Neste momento, e no seguimento da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador Albano Almeida, tendo verificado que os Senhores Jornalistas se iriam ausentar da sala de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

reuniões, tomando uso da palavra, solicitou ao Sr. Presidente que esclarecesse sobre qual é o momento mais adequado para que aqueles profissionais possam fotografar os membros do Executivo no decurso dos seus trabalhos em futuras reuniões de Câmara, ao que aquele responsável informou que as fotografias devem ser tiradas logo no início das reuniões.

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo manifestou a sua discordância em relação a essa limitação por entender que os Senhores Jornalistas deveriam ter liberdade para circular dentro da sala de reuniões a fim de poderem exercer os seus trabalhos, lembrando que “caso as reuniões públicas se realizassem no Salão Nobre nada disto aconteceria, uma vez que teriam espaço suficiente para o fazer sem perturbarem o decurso dos trabalhos. Para mais esta é uma reunião pública, portanto é um acto público”. -----

-----A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes reforçou a ideia de que devem ser fixadas regras para a presença dos Senhores Jornalistas em reuniões públicas. -----

-----O Sr. Presidente lembrou que em actos públicos existe um espaço reservado à Comunicação Social. -----

-----**3.5.4 - MAPA DE TRANSPORTES**-----

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 17 de Novembro de 2008 e 01 de Dezembro de 2008, e que constam da listagem que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

4 - OUTROS ASSUNTOS-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

-----**4.1 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO VALE DO ALVA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

D.A.G.F./Proc. 69/4/Doc.6

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº. 3 do artigo 68º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do seu Despacho, datado de 24 de Novembro de 2008, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, que autorizou a realização da prova de Corta-Mato Escolar, em recinto da via pública, organizado pela entidade acima identificada, e bem assim a isenção do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

-----**4.2 - AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE - PUBLICITAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL - PARQUES EÓLICOS DE PEDRAS LAVRADAS II, BALOCAS E SRA. DAS NECESSIDADES**-----

D.S.T./Procº 10

-----Foi presente pelo Sr. Presidente um ofício, de referência 2338/08/GAIA - Procº 1868, de 24 de Novembro, remetido pela Agência Portuguesa do Ambiente, a remeter cópia do Relatório de Consulta Pública, do Parecer Final da Comissão de Avaliação e da Declaração de Impacte



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Ambiental, relativamente ao processo em epígrafe, solicitando que esses documentos sejam disponibilizados pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital para consulta dos interessados. Mais informa que os referidos documentos se encontram disponíveis nos seguintes locais: -----

- Agência Portuguesa do Ambiente;-----
----- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. -----
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **4.3 – ATRIBUIÇÃO DE CABAZES DE NATAL A FAMÍLIAS CARENCIADAS** -----
D.A.G.F.

----- O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, que de acordo com a Listagem de Beneficiários de Excedentes Alimentares existente nos Serviços de Acção Social desta Câmara Municipal, sejam atribuídos Cabazes de Natal às famílias mais carenciadas do concelho, que tenham ao seu encargo filhos menores de idade, segundo os seguintes critérios e valores acrescidos de IVA à taxa legal em vigor: -----

----- **FAMÍLIAS COM UM OU DOIS FILHOS MENORES – UM CABAZ DE NATAL ATÉ AO MONTANTE DE € 100,00 (CEM EUROS)** -----

----- **FAMÍLIAS COM TRÊS OU QUATRO FILHOS MENORES – UM CABAZ DE NATAL ATÉ AO MONTANTE DE € 150,00 (CENTO E CINQUENTA EUROS)** -----

----- **FAMÍLIAS COM MAIS DE QUATRO FILHOS MENORES – UM CABAZ DE NATAL ATÉ AO MONTANTE DE € 200,00 (DUZENTOS EUROS)** -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea c) do nº4 do artº 64º do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

----- **4.4 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

----- Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, agendar uma reunião extraordinária para o próximo dia 10 de Dezembro do ano em curso, com início às 10h00, com a seguinte ordem do dia:-----

----- **1 – Ordem do Dia:** -----

----- **1.1 – Apreciação e votação das Propostas de Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2009/2012 e do Orçamento da Receita e da Despesa para 2009.** -----

5 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES:-----

5.1 – VEREADOR PAULO ROCHA-----

----- **5.1.1 – INFORMAÇÕES DIVERSAS (MODCOM/ PROVERE)** -----

D.A.G.F.

----- O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conhecimento ao Executivo de que foram aprovadas duas candidaturas apresentadas pela ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital ao programa MODCOM, para a realização de acções de dinamização com vista à atracção de visitantes e consumidores ao centro de Oliveira do Hospital e de Tábua, sendo que, no caso do Município de Oliveira do Hospital foram aprovadas as seguintes acções, a “I Feira Automóvel da Beira Serra”, uma acção relacionada com a dinamização do Natal 2008, a Feira do Livro, o “III DownTown”, o “II Karting Cidade d’Oliveira”, a “III Mostra de Sabores e Artesanato”, e um desfile de Moda na Bobadela, o que resultaria num valor total de investimento de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

€ 99.078,00 (Noventa e nove mil e setenta e oito euros), a que corresponderá um incentivo máximo de € 56.686,00 (Cinquenta e seis mil, seiscentos e oitenta e seis euros). Mais referiu que o objectivo passou por incluir iniciativas que já são desenvolvidas pela autarquia, no sentido de que, com o mesmo tipo de custo, se possam realizar eventos com outra dimensão e com outra projecção, com excepção da “I Feira Automóvel da Beira Serra”, que será uma novidade e bem assim do Desfile de Moda que não era promovido pela autarquia mas sim por um conjunto de particulares que se reuniam e que com o apoio da Junta de Freguesia o desenvolviam. Disse também que o valor aprovado para o Município de Tábua foi de € 54.809,53 (Cinquenta e quatro mil oitocentos e nove euros e cinquenta e três cêntimos). Informou igualmente de que irá abrir a curto prazo o programa ao qual a Agência se poderá candidatar para co-financiamento da sua actividade, nomeadamente desde Julho até esta parte, e de futuro, altura em que terminou o anterior projecto. Mais referiu que, por força da aprovação destes projectos, a Agência irá recorrer ao recrutamento de pessoal através do Centro de Emprego. No que diz respeito ao Sorteio de Natal, informou que já aderiram 77 estabelecimentos de Oliveira do Hospital.-----

-----Sobre o PROVERE informou que, neste momento, e de acordo com os dados disponíveis, sem contar com as fichas de sinalização de projectos que poderão ter sido enviadas directamente para a ADXTUR, temos um montante total de investimento sinalizado entre 15 e 16 milhões de euros, na componente privada e pública, salientando que pelo facto de se tratar de um investimento sinalizado, não quer dizer que seja contemplado/aprovado no PROVERE. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- CONCLUSÃO DA ACTA -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas dezasseis horas, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 2 de Dezembro de 2008 -----

Presidente _____

Vereadores _____



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 2 DE
DEZEMBRO DE 2008**

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**